



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA GERAL

## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2020- DG/PCMA

**Estabelece no âmbito da Polícia Civil do Maranhão, plano de contingência e medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerada a classificação de pandemia pela Organização Mundial da Saúde.**

O **DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 8º da Lei Estadual nº. 8.508, de 27 de novembro de 2006,

**CONSIDERANDO** que o Decreto nº 35.660/2020, Decreto nº 35.677/2020 e Decreto nº 35.678/2020 os quais dispõem sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção da transmissão da COVID -19, institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à COVID-19 e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** que a Organização Mundial (OMS) declarou, em 11 de março do corrente ano, o estado de pandemia de COVID-19;

**CONSIDERANDO** a necessidade de preservar a saúde de servidores, estagiários, terceirizados e público em geral;

**CONSIDERANDO** que a adoção de hábitos de higiene básicos aliados a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação reduzem de forma significativa o potencial de contágio;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter a prestação dos serviços de Polícia Judiciária de modo a causar o mínimo impacto à sociedade;

**CONSIDERANDO** a necessidade de padronizar os procedimentos de prevenção no âmbito da Polícia Civil;

### RESOLVE:

**Art. 1º.** Estabelecer medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Polícia Civil.

**Art. 2º.** Os servidores, terceirizados e estagiários, bem como quaisquer pessoas que utilizem o serviço ou ingressem nas unidades da Polícia Civil deverão observar rigorosamente as orientações da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Maranhão sobre o Plano Estadual de Contingência do Novo Coronavírus (COVID-19).



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA GERAL

---

**Art. 3º.** Sempre que possível, as reuniões administrativas serão preferencialmente não presenciais (virtuais), utilizando-se dos meios tecnológicos de informação e de comunicação disponíveis.

**Art. 4º.** Os servidores públicos estaduais e demais colaboradores que estiverem em países ou Estados com reconhecida transmissão local, conforme lista atualizada pelo Ministério da Saúde, deverão comunicar o fato à Secretaria de Estado da Gestão – SEGEP para acompanhamento e monitoramento, inclusive com encaminhamento à Central de Testagem.

**Art. 5º.** Os servidores públicos estaduais e demais colaboradores que apresentem sintomas respiratórios e/ou febre serão afastados administrativamente por até 14 (quatorze) dias, devendo comunicar imediatamente tal circunstância, com a respectiva comprovação, à chefia imediata, no caso de servidor ou colaborador, a qual remeterá a documentação, conforme o caso, ao dirigente do órgão ou entidade ou ao fiscal do contrato para demais providências, por intermédio do endereço eletrônico: [delegaciageralma@gmail.com](mailto:delegaciageralma@gmail.com).

**§1º** Sempre que possível e observada a natureza da atividade, o afastamento de servidores e colaboradores dar-se-á sob o regime de teletrabalho, por meio do uso de tecnologia de informação e de comunicação disponíveis.

**§2º** Durante o período de afastamento, os servidores públicos estaduais e demais colaboradores não poderão se ausentar do Estado do Maranhão, salvo se previamente autorizado pela equipe de saúde da SEGEP ou SES.

**§3º** Se, em razão da natureza das atividades desempenhadas, o servidor não puder executar suas atribuições remotamente, justificado pela chefia imediata, deverá ser ajustado cronograma de compensação de horário a ser oportunamente instituído e comprovado perante a sua respectiva Superintendência e comunicado a esta Delegacia Geral.

**Art. 6º** Os servidores policiais, administrativos, terceirizados e estagiários que pertençam aos grupos vulneráveis, ficam dispensados, período de 15 (quinze) dias do exercício de suas respectivas atribuições, visando minimizar sua exposição ao vírus.

**Parágrafo único.** Para fins deste artigo, consideram-se como vulneráveis os idosos, gestantes, cardiopatas, pneumopatas, nefropatas, diabéticos oncológicos, pessoas submetidas a intervenções cirúrgicas ou tratamento de saúde que provoque diminuição da imunidade e demais imunossuprimidos.

**Art. 7º** Determinar aos gerentes dos contratos e autoridades policiais que reforcem as medidas de limpeza e desinfecção das superfícies e demais espaços (maçanetas, cadeiras, mesas, aparelhos, bebedouros, corrimãos e demais equipamentos) com a utilização de detergente neutro, seguida de desinfecção (álcool 70% ou hipoclorito de sódio).





ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA GERAL

## DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

**Art. 8º** O atendimento presencial em todas as Delegacias de Polícia e demais unidades policiais, fica condicionado a critério da autoridade policial, nos casos graves e de urgência, ressalvada a obrigatoriedade de atendimento nos seguintes casos:

I – Situações de flagrante delito (Autos de Prisão em flagrante; Termo Circunstanciado de Ocorrência, Auto de Apreensão de Adolescente e Boletim Circunstanciado de Ocorrência);

II – Homicídio; lesão corporal grave, gravíssima e seguida de morte; furto qualificado; roubo qualificado; roubo de veículos e de cargas; extorsão qualificada; extorsão mediante sequestro; estupro; estupro de vulnerável; epidemia com resultado morte; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados para fins terapêuticos ou medicinais; favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração de vulnerável; crime de genocídio; posse ou porte ilegal de arma de fogo; comércio ilegal de arma de fogo; crime envolvendo organização criminosa;

III – Todos os casos de Violência doméstica;

IV – Todos os casos de crimes contra criança, adolescente e idoso.

**Art. 9º.** O registro de ocorrência somente será realizado pela Delegacia Online, por intermédio do site: <http://delegaciaonline.ssp.ma.gov.br>, nos seguintes casos: preservação de direito e extravio de documento, crimes de furto simples, contra a honra (calúnia, difamação e injúria), maus tratos aos animais, apropriação indébita, dano, constrangimento ilegal, estelionato e ameaça que não seja situação de violência doméstica.

**Art. 10.** O atendimento ao público em todas as unidades desta Polícia Civil deverá ser realizado conforme especificado abaixo:

I – ao entrar na recepção da unidade, a pessoa será orientada a ir até a pia (lavatório) mais próxima para executar a lavagem das mãos antes do atendimento;

II – nas recepções e/ou balcões de atendimento, nas oitivas e demais procedimentos realizados nas unidades policiais, deverá ser adotada uma distância mínima de 2 metros entre as pessoas.

**Art. 11.** Ficam suspensas por prazo indeterminado as atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos realizados pela ACADEPOL e demais unidades policiais.

**Art. 12.** Os servidores que verificarem a necessidade de outras medidas preventivas, de acordo com especial situação vivenciada, e dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Plano de Contingência da Secretaria de Estado de Saúde e pelos Decretos nº 35.660/2020, Decreto nº 35.677/2020 e Decreto nº 35.678/2020 deverão informar as respectivas Superintendências, as quais encaminharão a esta Delegacia Geral.



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA GERAL

---

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 13.** Para fins de controle, os Superintendentes ficam obrigados a informar diariamente a Delegacia Geral, com os dados atualizados, os servidores afastados que se encontram nas seguintes condições:

I – Policiais Civis infectados por COVID -19, conforme diagnóstico médico;

II – Policiais Civis com suspeita de contaminação por COVID-19;

III – Policiais Civis que se enquadram no perfil do grupo de vulneráveis, conforme §4º do art. 3º do Decreto nº 35.678/2020.

**Art. 14.** Revoga-se a Instrução Normativa nº 02/2020-DG/PCMA.

**Art. 15** Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação e será revista a medida em que o cenário da pandemia de COVID-19 se altere e que as recomendações dos órgãos de saúde sejam atualizadas.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL, EM SÃO LUÍS, AOS 23 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

  
**LEONARDO DO NASCIMENTO DINIZ**  
Delegado Geral